



**ANEXO VI**

**PEL 90042/2025 CBTU STU REC**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2026**

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, por meio da Superintendência de Trens Urbanos de Recife – STU/REC, com sede Rua José Natário, 478, Areias, CEP 50900-005, Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.357.483/0006-30, neste ato representada pela Superintendente Marcela Loyo de Queiroz Campos, nomeada pela Resolução do Diretor-presidente nº 541 de 28 de agosto de 2023, portador da matrícula nº 2660354, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90042/2025, processo administrativo n.º 074/GOLIC/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU, e no que couber, o Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EDIFICAÇÕES EM GERAL, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90042/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>E&amp;M COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA</b> <b>Rua Vesúvio nº69, Jardim São Paulo – Recife-PE, Cep: 50.781-580.</b> <b>CNPJ: 24.708.262/0001-73 / Inscrição Estadual: 067204554</b> <b>Fone: (81) 41012855 / emmateriais@outlook.pt</b>							
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO INDUSTRIAL, USO GERAL EM BORRACHAS/ VINILICOS/COURO/ MADEIRA, EMBALAGEM EM LATA DE 800g. – REFERÊNCIA - EC1099 DA 3M OU SIMILAR EM QUALIDADE.	UNA	UNA	UN	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00
2	FITA DE VEDACAO EM TEFLON, PARA CONEXÕES, LARGURA 12mm EM ROLO DE 50m, POLITUBES OU SIMILAR EM QUALIDADE.	FITAFLON	FITAFLON	UN	139	R\$ 5,00	R\$ 695,00



3	ASSENTO VASO SANITÁRIO MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: VASO CELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALMOFADADO COM SOBRETAMPA BRILHANTE, FORMATO: OVAL.	GRAMPLAST	GRAMPLAST	UN	200	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00
4	ADESIVO ESTRUTURAL À BASE DE EPOXI, PARA COLAGEM DE CONCRETO/CONCRETO, TIPOCOMPOUND EM EMBALAGEM DE 1KG, OU SIMILAR EM QUALIDADE.	QTZ	QTZ	KG	21	R\$ 79,35	R\$ 666,35
5	VASO SANITARIO, COR BRANCA, SIMPLES, CELITE, OU SIMILAR EM QUALIDADE.	MARI	MARI	UN	5	R\$ 185,50	R\$ 927,50
6	CHUVEIRO COMUM EM PVC, COR BRANCA, C/TUBO MEDINDO 33CM ROSQUEADO DE 1/2POL.	LUCONI	LUCONI	UN	10	R\$ 5,80	R\$ 58,00
7	VASO SANITARIO, COR BRANCA, COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA.	MARI	MARI	UN	5	R\$ 397,00	R\$ 1.985,00
8	GRELHA DE PVC, CROMADA, DIAMETRO DE 100,00MM, FIXACAO POR ENCAIXE, COMANDO ABRE/FECHA	SOCEL	SOCEL	UN	10	R\$ 5,26	R\$ 52,60
9	DESEMPOLADEIRA EM MADEIRA, TAMANHO: 14 X 25CM, PARA PEDREIROS	VONDER	VONDER	UN	10	R\$ 6,20	R\$ 62,00
10	CARRO DE MÃO COM PNEU E CÂMARA DE AR, EXTRA FORTE, CAPACIDADE DE 70 LITROS, DIMENSÕES: 1500 X 625 X 520mm, PESO VAZIO: 15,75Kg, CHASSIS DO CARRO EM TUBO RETANGULAR.	METALOSA	METALOSA	UN	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
11	MANTA ASFALTICA AUTOADESIVA, IMPERMEAVEL, COM ESTRUTURANTE CENTRAL EM POLIETILENO E OBERTURA SUPERFICIAL EM ALUMINIO, EMBALAGEM EM ROLO DE FITA COM 20CM X 10 METROS.	QTZ	QTZ	UN	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
12	COLA BRANCA PARA MADEIRA. EMBALAGEM EM BOMBONA COM 5kg.	TEC	TEC	UN	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
13	COLA ADESIVA DE CONTATO P/COLAGEM DE PISOS DE BORRACHA, EMBALAGEM EM LATA COM 800 GRAMAS - REF. EC-847 DA 3M OU SIMILAR EM QUALIDADE.	UMA	UMA	UN	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
14	MASSA PLASTICA, TIPO BRAK SOLDA, EMBALAGEM EM LATA DE 500 GRAMAS	MF	MF	UN	40	R\$ 13,90	R\$ 556,00
15	COLHER DE PEDREIRO, EM AÇO COM CABO DE MADEIRA, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL NÚMERO 07	ROMA	ROMA	UN	10	R\$ 15,90	R\$ 159,00
16	COLHER DE PEDREIRO, EM AÇO COM CABO DE MADEIRA, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL NÚMERO 09	ROMA	ROMA	UN	10	R\$ 18,60	R\$ 186,00
17	DESEMPENADEIRA DE CANTO EXTERNO, EM AÇO, PARA USO DE PEDREIRO	ROMA	ROMA	UN	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
18	DESEMPENADEIRA DE CANTO INTERNO, EM AÇO, PARA USO DE PEDREIRO	ROMA	ROMA	UN	5	R\$ 13,36	R\$ 66,80



19	LAVATÓRIO PEQUENO, S/ COLUNA, NA COR BRANCA, DIMENSÃO: 470 X 280MM, CAPACIDADE DE 5,9 LITROS, EM LOUÇA.	MARI	MARI	UN	5	R\$ 74,00	R\$ 370,00
20	CHICOTE DE PLASTICO PARA LAVATORIO COMPRIMENTO 400,00MM	SOCEL	SOCEL	UN	30	R\$ 5 ,00	R\$ 150,00
21	FIO BAIA, PARA VEDAÇÃO DE ROSCAS DE TUBULAÇÃO, EMBALAGEM EM ROLO COM 100 METROS.	BC	BC	UN	10	R\$ 8,00	R\$ 80,00
22	PRIMER PARA MANTAS ASFÁLTICAS, GALÃO 3,6L. REFERÊNCIA: VIAPOL ECOPRIMER OU SIMILAR EM QUALIDADE.	DENVER	DENVER	UN	15	R\$ 39,00	R\$ 585,00
23	REPARO UNIVERSAL COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA COM ACIONAMENTO SUPERIOR DUPLO DE 3 E 6 LITROS.	ATLAS	ATLAS	UN	15	R\$ 82,40	R\$ 1.236,00
24	MICTORIO INDIVIDUAL EM LOUÇA BRANCA COM SIFÃO INTEGRADO	MARI	MARI	UN	10	R\$ 421,50	R\$ 4.215,00
25	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR OVAL 48,5 X 37,5CM, COR BRANCO GELO, REF. L.37.17 – DECA OU SIMILAR EM QUALIDADE.	MARI	MARI	UN	5	R\$ 85,76	R\$ 428,80
26	LAVATÓRIO DE LOUÇA, SEM COLUNA, NA COR BRANCA, DIMENSÃO: 52 X 42,7CM - FIT CELITE OU SIMILAR EM QUALIDADE.	MARI	MARI	UN	5	R\$ 74,28	R\$ 371,40
				<b>Total</b>	<b>R\$ 47.975,45</b>		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, por meio da Superintendência de Trens Urbanos de Recife – STU/REC.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 13.5 do Termo de Referência.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



- 5.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual **ou** emissão de nota de empenho.
- 5.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado e/ou emitido no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 5.6. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
  - 5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário melhor classificado.
  - 5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo de cadastro de reserva, o registro dos licitantes que aceitarem cotar valores iguais ao ofertado pela licitante vencedora, para assinarem a ata de registro de preços; e
  - 5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.7. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 5.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
  - 5.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Instrumento convocatório e legislação aplicável.
  - 5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.11. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.
- 5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

6.1.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CBTU, por intermédio da área demandante, convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.1.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.1.3. Quando a iniciativa de liberação do compromisso assumido em razão do aumento do preço de mercado partir do fornecedor, a CBTU poderá liberá-lo desde que a comunicação ocorra antes de eventual pedido de fornecimento, não havendo aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.1.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.1.5. Não havendo êxito nas negociações, a CBTU deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do caput do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

6.2.3. Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e RILC-CBTU.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CBTU, por intermédio da área demandante, convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.3. Quando a iniciativa de liberação do compromisso assumido em razão do aumento do preço de mercado partir do fornecedor, a CBTU poderá liberá-lo desde que a comunicação ocorra antes de eventual pedido de



fornecimento, não havendo aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

7.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, a CBTU deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, nas seguintes situações:

7.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do caput do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016;

7.6.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

7.6.3. Ea hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e neste RILC-CBTU.

7.6.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

7.5.1. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.5.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.5.4. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUANDO COUBER.**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



- 8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 9.1.2. Não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CBTU, sem justificativa aceitável;
  - 9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CBTU.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no item 9.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado por decisão da autoridade competente da CBTU, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 9.5. O cancelamento do registro poderá ocorrer por ato unilateral da CBTU ou a pedido do fornecedor, tendo como fundamento fato superveniente, decorrente de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações das entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 10.3. A entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Documento assinado digitalmente

ELVIS JOSE DE BRITO

Data: 07/05/2026 14:16:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**E&M COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**

CNPJ: 24.708.262/0001-73

FORNECEDOR



**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> <b>MARCELA LOYO DE QUEIROZ CAMPOS</b> Data: 07/05/2026 11:03:39-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p> <p>Marcela Loyo de Queiroz Campos</p> <p><b>SUPERINTENDENTE STU/REC</b></p>	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> <b>CLAUDIA REGINA CRUZ DE ALMEIDA LIMA</b> Data: 30/04/2026 12:21:16-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></p> <p>Dorival Martins da S. Júnior</p> <p><b>GERENCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b></p>
---	--



**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

**⚠** Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).



### Informações gerais do arquivo:



Nome do arquivo: ATA\_CBTU\_DE\_REGISTRO\_DE\_PRECO\_005.2026-PEL\_90042.2025-  
\_Aquisicao\_de\_materiais\_de\_edificacoes\_em\_geral\_assinado\_assinado\_assinado - CÃ³pia.pdf  
Hash: 0b5270c1d3c93af42e32de641e28efcdcc0118bd2afe5bb17298ca48aa6a2bcb  
Data da validação: 11/05/2026 14:42:55 BRT

#### Informações da Assinatura:

Assinado por: CLAUDIA REGINA CRUZ DE ALMEIDA LIMA  
CPF: \*\*\*.799.724-\*\*  
Nº de série de certificado emitente: 0x5da28c17fbb375dc366d7a87  
Data da assinatura: 30/04/2026 12:21:16 BRT



Assinatura aprovada.

#### Informações da Assinatura:

Assinado por: MARCELA LOYO DE QUEIROZ CAMPOS  
CPF: \*\*\*.627.714-\*\*  
Nº de série de certificado emitente: 0xddbcd67a8cbdc649  
Data da assinatura: 07/05/2026 11:03:39 BRT



Assinatura aprovada.

#### Informações da Assinatura:

Assinado por: ELVIS JOSE DE BRITO  
CPF: \*\*\*.297.774-\*\*  
Nº de série de certificado emitente: 0x7b39bd8464260466  
Data da assinatura: 07/05/2026 14:16:56 BRT



Assinatura aprovada.

[Ver Relatório de Conformidade](#)

### ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)
[Sobre](#)
[Dúvidas](#)
[Informações](#)
[Fale Conosco](#)